

NESTA EDIÇÃO

CANC: GT de Incorporadoras Imobiliárias elabora carta ao IFRIC sobre o IFRS 15, 2

Treinamento Voto a Distância – Parceria B3 e Abrasca, 2

Notas S&C, 3

Raia Drogasil mantém expansão

Itaú conclui compra do Citi

Vale pronta para o Novo Mercado

Via Varejo vai investir mais em 2018

Abrasca apoia “Reputação Brasil”, seminário que debateu novas narrativas para o país, 3

Semana no Congresso, 3

Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2017/2018, 4

Expediente

Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas - SIA & CIA é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - www.abrasca.org.br - abrasca@abrasca.org.br

Alfried Karl Plöger - Presidente; Frederico Carlos Gerdaul Johannpeter - 1º Vice-Presidente; José Salim Mattar Junior - 2º Vice-Presidente; Maurício Perez Botelho - 3º Vice-Presidente;

Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão - Diretores.

Eduardo Lucano da Ponte - Presidente Executivo; Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto - Supervisora Financeira

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

CANC: GT de Incorporadoras Imobiliárias elabora carta ao IFRIC sobre o IFRS 15

No dia 24 de outubro, o GT da CANC de Incorporadoras Imobiliárias em conjunto com a Abrainc, se reuniu para elaborar a resposta das duas entidades à consulta pública do IFRIC sobre o IFRS 15. Foram discutidos também uma proposta de opção de entendimento com as auditorias pela manutenção dos contratos POC, respeitando a melhor contabilização dos negócios desse setor.

Consulta Pública do IFRIC

O CPC, em agosto de 2017, consultou através de carta o Comitê do IFRIC sobre o melhor modelo de contabilização de alguns contratos com os clientes do setor de incorporação imobiliária. O assunto entrou na pauta da reunião do IFRIC em setembro de 2017.

Na carta, o CPC explicou o modelo de negócio das empresas de incorporação imobiliária, consultando se, de acordo com suas características, para os contratos que assim permitirem, há a manutenção ou não da utilização da metodologia contábil **POC – Percentagem of Completion** – cujas receitas e despesas são amortizadas ao longo da obra. A nova norma contábil IFRS 15, que trata da receita de contrato de clientes, entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

No entanto, quando o assunto foi apreciado no Comitê do IFRIC, vários de seus elementos fundamentais para entendimento dos contratos brasileiros de incorporação imobiliária não foram incluídos no debate. Dessa forma, viu-se a necessidade de participação na consulta pública que sempre é aberta após as reuniões desse Comitê, ratificando a necessidade de se considerar tais características do contrato de incorporação brasileira para obtenção de um entendimento mais claro do IFRS Foundation sobre o tema.

Nova proposta das companhias para manutenção do contrato POC

Na reunião do GT da CANC, as empresas debateram uma nova proposta a ser levada aos auditores, de forma a manter a materialidade e relevância das informações das empresas e para con-

tratos que assim forem permitidos, continuarem a ser feitos através do método POC.

No debate ocorrido foram ajustados pontos a serem levados para o CPC e para o Ibracon, para que se tente um alinhamento diante dessa nova proposta de entendimento do assunto.

Minuta de carta para consulta do IFRIC

Na reunião do Grupo de Trabalho foi apresentada a primeira versão da carta a ser enviada ao IFRIC. A consulta pública se encerra no dia 22/11. Os representantes das empresas presentes debateram sugestões de aprimoramentos do documento, que será circulado entre as associadas do setor. Posteriormente, os itens da carta serão alinhados com outras entidades componentes do CPC para envio ao IFRIC.

Não havendo mais assunto a ser debatido, a reunião foi encerrada.

Treinamento Voto a Distância – Parceria B3 e Abrasca

No último dia 23 de outubro de 2017, no escritório da CEMIG em Belo Horizonte, aconteceu um dos treinamentos que a B3 em parceria com a **Abrasca** estão realizando em diversas cidades do país, sobre o Voto a Distância.

O treinamento realizado por Alessandra Paschoalini Borges, gerente e Mayra Gobbi Silva, analista, da área de Relacionamento com Empresas Listadas da B3, contou ainda com a participação do TozziniFreire Advogados, representado pelo seu sócio Oduvaldo Lara Júnior. Diversas companhias participaram do treinamento, entre elas: CEMIG, Copasa, Direcional, Localiza, MRV e Usiminas.

O representante do TozziniFreire Advogados deu início ao treinamento agradecendo a presença de todos e falando que a Instrução 561 da CVM que trata do Voto a Distância tem como principal finalidade o aumento da participação dos acionistas nos conchaves corporativos. Oduvaldo lembrou que em 2013 a CVM começou a discutir a participação online, nos moldes do que acontece em outros países, com a finalidade de aumentar a participação dos minoritários. O conceito, no entanto, vem sendo alterado e isso pode ser percebido com a edição da ICVM 561 e

alterações trazidas pela ICVM 570. Oduvaldo destacou que com a inovação, a tecnologia passou a ser fundamental para os novos passos com relação à Governança nas companhias.

Oduvaldo falou que mesmo o Voto a Distância não sendo obrigatório, no seu primeiro ano, seis companhias utilizaram a ferramenta. O advogado do TozziniFreire Advogados apresentou outras informações de ordem técnica aos presentes e após sua apresentação teve início a apresentação da B3.

A gerente da área de Relacionamento com empresas listadas, Alessandra Pascoalini Borges destacou o aumento do número de companhias que utilizaram a votação a distância em 2017: foram 93 empresas participantes. Um número considerável, se comparado com o ano anterior. Lembrou que neste ano o Voto a Distância ainda não é obrigatório, mas que será a partir de 2018.

Alessandra apresentou outros dados como a substituição da procuração pelo Voto a Distância, que chegou a 44% dos acionistas votantes, que os estrangeiros foram os que mais se utilizaram da ferramenta. As maiores dificuldades foram encontradas pelos investidores locais, sobretudo, o custodiante.

Após a apresentação foi realizada uma votação simulada. Os presentes receberam um material com dados de uma empresa fictícia e puderam ver como se dá a inserção das informações no sistema de votação a distância desenvolvido pela B3. Os presentes também puderam observar as alterações que o sistema vem sofrendo, fruto das solicitações de aprimoramento que as companhias têm enviado à B3. Foram destacados prazos e detalhes procedimentais no uso do sistema.

Após a votação simulada, as representantes da B3 esclareceram as dúvidas que surgiram e disponibilizaram o material usado no treinamento com todas as informações apresentadas.

As associadas da **Abrasca** que tiverem interesse, podem solicitá-lo através do e-mail: **cristiane@abrasca.org.br**, com o assunto: **Treinamento B3 – voto a Distância**.

O Advogado do TozziniFreire Advogados, Oduvaldo Lara Júnior agradeceu o convite da **Abrasca** e o espaço para troca de ideias. A representante da **Abrasca**, Cristiane Pimentel, agradeceu a participação das companhias associadas, a apresentação feita pelo TozziniFreire Advogados e pela B3, além da especial par-

ceria com a CEMIG, representada pelo gerente de Relações com Investidores, Alexandre Eustáquio Horta que proporcionou excelente recepção para o treinamento. A **Abrasca** e a **B3** realizarão outros treinamentos em breve.

Notas S&C

Raia Drogasil mantém expansão

A empresa comunicou ao mercado que pretende continuar com seu plano de expansão nacional e reafirmou seu guidance de abertura de 200 lojas este ano. A rede de farmácias abriu 54 novas lojas no terceiro trimestre, totalizando 150 novos pontos, e pretende se expandir também no Maranhão e no Piauí.

Itaú conclui compra do Citi

A instituição informou que recebeu a última das autorizações do Banco Central para a compra dos negócios de varejo do Citibank. O aval inclui participações do Citi na empresa de tecnologia bancária Tecban e na securitização. O Cade já tinha aprovado a aquisição em 16 de agosto.

Vale pronta para o Novo Mercado

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, em teleconferência com analistas, disse que a empresa esta entrando em uma nova fase em termos de eficiência, sustentabilidade e governança corporativa. Os acionistas aprovaram em assembleia a conversão das ações preferenciais em ordinárias e a eleição de dois membros independentes no Conselho de Administração "Agora podemos ir para o segmento de listagem do Novo Mercado, o que deve ocorrer a partir de 22 de dezembro", destacou. A empresa fechou o terceiro trimestre com lucro líquido de R\$ 7,1 bilhões, quatro vezes superior ao do mesmo período de 2016.

Via Varejo vai investir mais em 2018

A rede de móveis e eletrodomésticos Via Varejo pretende elevar substancialmente seu investimento em 2018 e abrir de 70 a 80 lojas para ampliar a integração de comércio físico com online, de acordo com comunicado divulgado pela companhia controlada pelo GPA.

Abrasca apoia "Reputação Brasil", seminário que debateu novas narrativas para o país

(Colaborou Tatiana Maia Lins, Diretora da Makemake, promotora do evento)

A **Abrasca** apoiou o seminário "Reputação do Brasil - Caminhos para o Amanhã", que reuniu no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, dia 25 de outubro, 24 palestrantes e uma plateia de cerca de 150 pessoas ao longo de um dia de debates e painéis.

A conclusão do evento foi de que é necessário melhorar a autoestima dos brasileiros e trabalhar pela legitimidade de novas narrativas para o país. A retomada da confiança passa por um pacto social pautado em ética e no engajamento social e de lideranças de todos os setores em prol de uma mudança de imagem. O mundo nos vê de forma melhor do que nos percebemos. É preciso explorar melhor as vantagens competitivas do Brasil em narrativas de país para além do samba, do carnaval e da corrupção. Estamos punindo os corruptos e tendo a chance de mudar padrões até então vigentes no país.

Para 2018, está prevista a realização de encontros para a elaboração de um Planejamento Estratégico para posicionamento positivo do Brasil a longo prazo. Estão previstos também encontros itinerantes para levar o debate sobre a reputação do Brasil a outras praças além do Rio de Janeiro, como, por exemplo, São Paulo, Recife e Brasília, de modo a aumentar o alcance da discussão.

Semana no Congresso

Veja a seguir a pauta das atividades legislativas da Câmara e do Senado selecionada pelo associado **Souza, Cescon, Barriou & Flesch Advogados** para a semana de **30 de outubro a 03 de novembro de 2017**:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissões

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ("CCJC")

A CCJC realiza no dia 30 de outubro, às 16 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

- **Repasso de Royalties.** O Projeto de Lei nº 6.488/2016 altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 (Lei do Petróleo), para disciplinar o repasse de recursos obtidos com royalties e participação especial entre a União e os demais entes federados. O relator desse projeto é o Dep. Sérgio Zveiter (PODE-RJ). **Acesse em:** <https://goo.gl/21XcG4>.

- **Responsabilidade Civil.** O Projeto de Lei Complementar 1/2015 dá nova redação ao Art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, para instituir o seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por riscos ou acidentes que possam ocorrer com a realização dos eventos por eles promovidos. O relator desse projeto é o Dep. Fábio Sousa (PSDB-GO). **Acesse em:** <https://goo.gl/MM7YuS>.

- **Corrupção Privada.** O Projeto de Lei nº 3.163/2015 define como crime a corrupção praticada no âmbito do setor privado no curso de atividades econômicas, financeiras ou comerciais. O relator desse projeto é o Dep. Tadeu Alencar (PSB-PE). **Acesse em:** <https://goo.gl/sIBWlf>.

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços ("CDEICS")

A CDEICS no dia 31 de outubro, às 9h30, realiza reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes temas:

- **Contratos de Compra e Venda a Prazo.** O Projeto de Lei nº 2.019/2015 regulamenta a atividade econômica de comercialização de produtos e serviços por meio de Contratos de Compra e Venda a Prazo para (i) entrega futura do bem ou prestação do serviço negociado, com pacto adjeto de desoneração das parcelas vincendas, (ii) fixa requisitos para funcionamento das empresas nacionais atuantes no segmento, em todo o território nacional, e (iii) estabelece normas de proteção aos consumidores. O relator desse projeto é o Dep. Cezar Souza (PSD-SC). **Acesse em:** <https://goo.gl/oNhNwU>.

• **Regime Simplificado de Publicidade de Atos Societários.** O Projeto de Lei nº 7.609/2017 altera o art. 294 da Lei das Sociedades por Ações para ampliar para R\$ 10.000.000,00 o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários. O relator desse projeto é o Dep. Walter Ihoshi (PSD-SP). **Acesse em:** <https://goo.gl/wS27Qi>.

• **Registro de Marcas e Patentes –** O Projeto de Lei nº 3.406/2015 altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 (Lei que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial), para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes. O Dep. Laércio Oliveira (SD-SE) é o relator deste projeto. **Acesse em:** <https://goo.gl/ya9fdU>.

• **Responsabilidade Solidária – Administrador de Shopping.** O Projeto de Lei nº 2.305/2015 atribui responsabilidade solidária por descumprimento da legislação que disciplina a oferta e as formas de afixação de preços para o consumidor à entidade responsável pela administração de shopping center, centro de compras ou local de comércio assemelhado, e dá outras providências. O relator desse projeto é o Dep. Lucas Vergílio (SD-GO). **Acesse em:** <https://goo.gl/95DT8K>.

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (“CCTCI”)

A CCTCI no dia 31 de outubro, às 10 horas, realiza reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

• **Concentração Econômica.** O Projeto de Lei nº 4.026/2004 trata dos limites à concentração econômica nos meios de comunicação social. Em linhas gerais, os veículos de imprensa, as emissoras de radiodifusão sonora e

de sons e imagens e demais meios de comunicação social eletrônica serão submetidos a limites para concentração econômica. O relator desse projeto é o Dep. Vinicius Carvalho (PRB-SP). **Acesse em:** <https://goo.gl/em8Pcd>.

SENADO FEDERAL

Plenário

O Plenário do Senado Federal pautou para esta semana, entre outros, o seguinte tema:

• **Transporte por Aplicativo.** O Plenário do Senado Federal discutirá, em turno único, o Projeto de Lei da Câmara nº 28/2017 altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros. **Acesse em:** <https://goo.gl/VeJfH>.

NOVOS PROJETOS DE LEI

Abaixo seguem novas proposições legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada, e que podem impactar a esfera privada.

Câmara dos Deputados

• **Inspeção Industrial e Sanitária.** O Projeto de Lei nº 8.920/2017 trata da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. **Acesse em:** <https://goo.gl/9hW9VK>.

• **Falência e Recuperação Judicial.** O Projeto de Lei nº 8.924/2017 altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei de Falência, Recuperação Judicial e Extra-Judicial), para submeter ao mesmo regime de proteção do devedor os seus coobrigados, seus fiadores e seus obrigados de regresso. **Acesse em:** <https://goo.gl/dtqzoy>.

• **Arrematação de Bens Móveis.** O Projeto de Lei nº 8.935/2017 altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), para estabelecer a prerroga-

tiva de as organizações da sociedade civil arrematarem bens móveis em leilões realizados pela Administração Pública pelo valor correspondente à avaliação prévia. **Acesse em:** <https://goo.gl/okZeVd>.

• **Petróleo. Regime de Cessão.** O Projeto de Lei nº 8.939/2017 modifica a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010 (Lei que autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos), para permitir à Petrobras a transferência parcial, a terceiros, de áreas contratadas no regime de cessão onerosa. **Acesse em:** <https://goo.gl/fqZZA9>.

• **Licitação. Sigilo.** O Projeto de Lei nº 8.956/2017 altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), para dispor sobre o Sistema Eletrônico de Licitação e o sigilo da identidade dos licitantes. **Acesse em:** <https://goo.gl/zMxHo>.

Senado Federal

• **Descontos Especiais nas Tarifas de Energia Elétrica.** O Projeto de Lei do Senado nº 408/2017 altera o caput e o parágrafo 1º do art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 (Lei que trata da expansão da oferta de energia elétrica emergencial e recomposição tarifária extraordinária), para estender os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica ao consumo destinado a projetos de transposição de bacias que apresentem impacto regional e tenham como finalidade prioritária o abastecimento humano e a dessedentação animal. **Acesse em:** <https://goo.gl/jj9d89>.

• **Relação de Emprego. Transporte de Passageiros.** O Projeto de Lei do Senado nº 414/2017 institui relação de emprego entre empresas de transporte remunerado privado de passageiros e seus motoristas. **Acesse em:** <https://goo.gl/mKUd1Y>.

Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2017/2018

Evento	Data	Local
Reunião do Conselho Diretor/Diretoria	30/11/2017	São Paulo
Reunião da Diretoria	18/01/2018	Rio de Janeiro
Reunião da Diretoria	15/03/2018	São Paulo